



MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 02/2020 - Agosto/2020

Índice

04	Apresentação do Boletim Informativo
05	Notícias do MPBA - Curso no MP debate técnicas de investigação de ilícitos complexos de corrupção
07	Notícias do MPBA - MP recomenda suspensão de processo seletivo em Madre de Deus
07	Notícias do MPBA - MP recomenda que Município de Maracás anule contratações temporárias
07	Notícias do MPBA - Justiça determina anulação de contratações diretas irregulares em Luís Eduardo Magalhães
08	Notícias do MPBA - Coronavírus: Webinar discute atuação dos órgãos de controle com base em direito provisório durante pandemia
08	Notícias do MPBA - Ex-prefeito e secretários municipais de Candiba são denunciados por fraudar licitação
08	Notícias do MPBA - Nota de Esclarecimento: MPBA e MPF esclarecem pontos divulgados sobre fiscalização do contrato do Hospital Espanhol
09	Notícias do MPBA - Justiça concede liminar ao MP para impedir aglomeração em Encruzilhada
09	Notícias do MPBA - Justiça decreta indisponibilidade de bens de ex-prefeito do município de Santa Luz a pedido do MP

Índice

09	Notícias do MPBA - Coronavírus: MP aciona cinco municípios por falta de transparência nos gastos públicos referentes ao enfrentamento da Covid-19
10	Notícias do MPBA - Coronavírus: Município de Feira de Santana é obrigado a promover transparência nos gastos públicos com a pandemia
10	Notícias do MPBA - Coronavírus: MP aciona Município de Igaporã para que divulgue gastos com ações de enfrentamento à pandemia
10	Notícias do MPBA - Coronavírus: Cinco municípios são obrigados a promover transparência nos gastos públicos
11	Notícias do STF
12	Notícias do STF - Continuação
13	Notícias do STF - Continuação
14	Notícias do STJ
15	Biblioteca Virtual – Consultas e Inovações Legislativas
16	Expediente

Novo Boletim Informativo – CAOPAM

Prezados colegas,

Apresento a segunda edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2020. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



Notícias do MPBA

Curso no MP debate técnicas de investigação de ilícitos complexos de corrupção

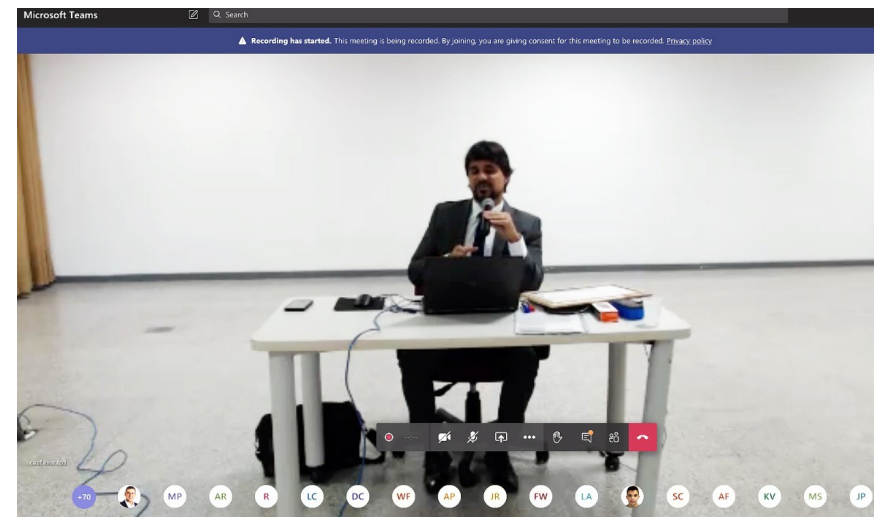
A construção de uma nova cultura de investigação foi defendida como uma das estratégias para abordar o combate à corrupção na atualidade durante o 'Curso Regular de Investigação de Ilícitos Complexos de Corrupção e Lavagem de Dinheiro', que teve início hoje, dia 7, por videoconferência, com a participação de promotores de Justiça de todos o estado. No tocante à corrupção, o curso do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), enfatizou o tratamento dos casos de fraudes em contratações. A procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público estadual, Norma Angélica Cavalcanti, reafirmou o compromisso da instituição com o tema. "A corrupção é um dos crimes



Notícias do MPBA



mais sensíveis e complexos investigados pelo MP. Nosso compromisso em ampliar essas ações e alinhar estratégias para combater esse ilícito se reflete na ampla atuação de nossos membros nessa área”, salientou a PGJ, destacando a importância da capacitação dos promotores de todo o estado participantes do encontro. Hoje, foi realizado o primeiro dos cinco módulos do curso, que será encerrado no dia 16 de outubro. A abertura contou com a participação do coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), promotor de Justiça Tiago Quadros. O painel desta sexta-feira abordou o tema ‘Conteúdo preliminar: o que buscar?’, e teve como expositores o coordenador do Caopam, promotor de Justiça Frank Ferrari, a promotora de Justiça Rita Tourinho e o auditor de Controle Externo e chefe da Assessoria Jurídica do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Alessandro Macedo, com mediação da promotora de Justiça Alícia Violeta Botelho Passeggi. [Leia mais](#)



MP recomenda suspensão de processo seletivo em Madre de Deus

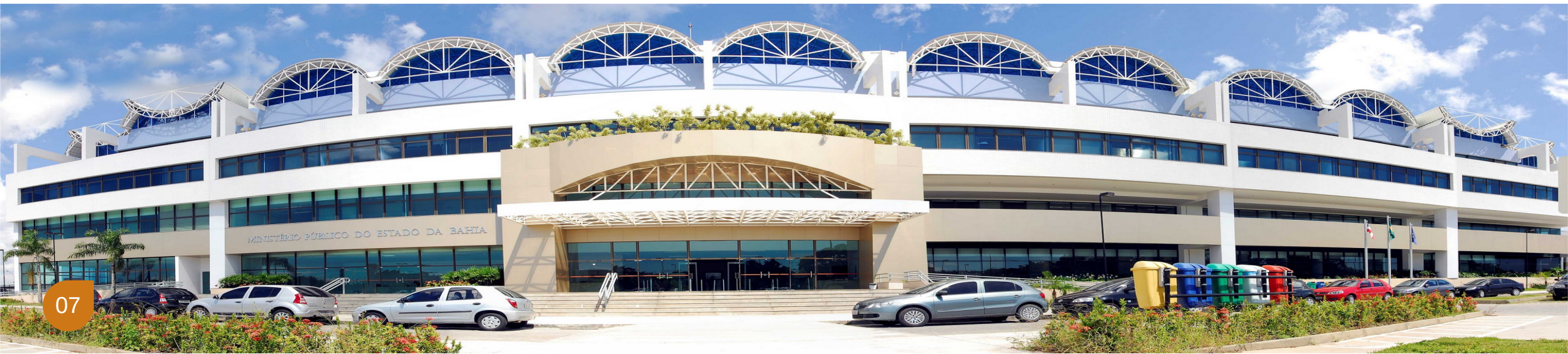
O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa (Gepam), recomendou que o município de Madre de Deus suspenda o processo seletivo simplificado nº 001/2020, regido pelo edital nº 032/2020, por conta do prazo de apenas três dias para inscrição dos candidatos. O Município deve também encaminhar ao MP, no prazo de dez dias, cópia do procedimento administrativo que autorizou a realização [Continue lendo](#)

MP recomenda que Município de Maracás anule contratações temporárias

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Samory Pereira Santos, recomendou hoje, dia 15, que o Município de Maracás anule todas as contratações temporárias que não se adequem aos requisitos estabelecidos por lei ou decisões do Supremo Tribunal Federal. Terão que ser suspensos, num prazo de três meses, os contratos temporários que não tenham prazo determinado, caráter temporário, não atendam a [Continue lendo](#)

Justiça determina anulação de contratações diretas irregulares em Luís Eduardo Magalhães

A Justiça acatou pedido liminar do Ministério Público estadual e determinou que os gestores dos Poderes Executivo e Legislativo de Luís Eduardo Magalhães anulem, em um prazo de três meses, os procedimentos de contratação direta em vigência que estejam fora dos parâmetros da lei de licitações (8.666/1993). O pedido foi realizado em ação civil pública ajuizada em fevereiro último pelo promotor de Justiça Bruno Pinto e Silva. Na decisão liminar, proferida no dia 8 de julho, juíza [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA

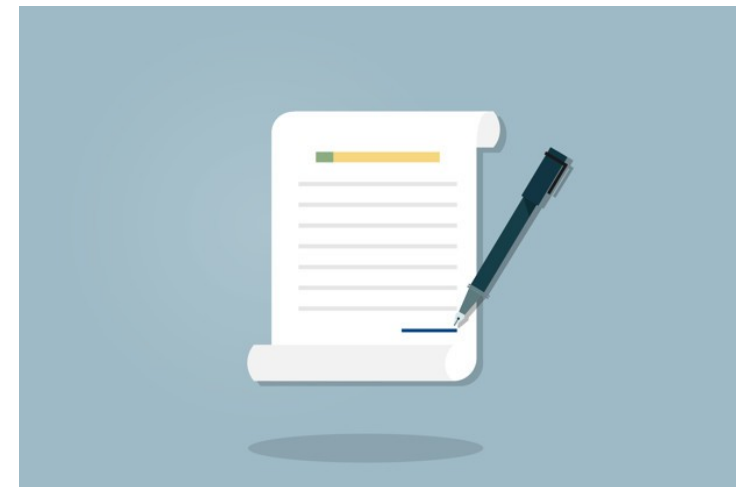


Coronavírus: Webinar discute atuação dos órgãos de controle com base em direito provisório durante pandemia

As repercussões para a atuação de fiscalização diante das adequações e adaptações do Direito em tempos de combate à Covid-19 foram discutidas ontem, 13, e hoje, 14, no webinar “O Direito Provisório e a Responsabilização dos gestores públicos: atuação dos órgãos de controle em tempos de pandemia”. [Confira](#)

Ex-prefeito e secretários municipais de Candiba são denunciados por fraudar licitação

O ex-prefeito de Candiba Reginaldo Martins Prado e os atuais secretários municipais de Administração e Finanças, Cláudio Fernandes Primo, e de Educação e Cultura, Renata Neri dos Anjos Oliveira, com mais seis pessoas, foram denunciados pelo Ministério Público estadual por crimes de fraude em licitação para a realização de obras superfaturadas. A denúncia foi oferecida hoje, dia 15, pela promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires. Ela requereu à Justiça que determine, em decisão liminar, a indisponibilidade dos bens dos acusados, no total aproximado de R\$ 682,25 mil, valor do prejuízo pelo contrato superfaturado. Segundo a denúncia, os acusados cometeram fraude em procedimento licitatório, na modalidade tomada de preço, e também na execução do contrato para construção de quatro quadras poliesportivas nas comunidades de Arrogante, Lagoa da Prates, Lagoa da Pedra e Pedrinhas, localizadas no município de Candiba. A promotora Tatyane Caires apontou que [Continue lendo](#)



Nota de Esclarecimento: MPBA e MPF esclarecem pontos divulgados sobre fiscalização do contrato do Hospital Espanhol

Os Ministérios Públicos do Estado da Bahia (MPBA) e Federal (MPF), em razão das Recomendações Conjuntas de nº 01/2020 e 02/2020, expedidas à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e ao Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), referentes à gestão operacional do Hospital Espanhol, vêm esclarecer o que segue: A Recomendação nº 01/2020 foi encaminhada à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e ao INTS visando a exclusão do , [Veja mais](#)

Notícias do MPBA

Justiça concede liminar ao MP para impedir aglomeração em Encruzilhada

Contrariando medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19, o prefeito de Encruzilhada, Wekisley Teixeira, realizou um evento público na sexta-feira, 17, para anunciar a visita do deputado federal Paulo Magalhães ao município. Em vista da aglomeração provocada e ausência de equipamentos de proteção, o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) instaurou uma ação civil pública, neste sábado, 18, expedido pela promotora de justiça Daniela Almeida, que foi acatada [Confira na íntegra](#)



Justiça decreta indisponibilidade de bens de ex-prefeito do município de Santa Luz a pedido do MP

O Ministério Público estadual, expediu duas notas técnicas, por meio do Grupo de Trabalho de combate à Covid-19, uma orientando os membros no sentido de cobrar dos gestores públicos transparência nas informações relacionadas à pandemia e outra recomendando medidas de prevenção para assegurar a proteção das gestantes e lactantes que estejam trabalhando no setor público durante a pandemia. Elaboradas pelos promotores de Justiça Frank Ferrari e Patrícia Medrado, coordenadores, respectivamente, dos Centros de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam) e Defesa da Saúde (Cesau); Juliana Rocha Sampaio e Andréa Scaff de Paula Mota, gerentes do Projeto Cegonha; Rogério Queiroz; Carlos Martheo e Rita Tourinho, as notas técnicas servem de orientação e resguardam a independência funcional dos membros. [Veja](#)



Coronavírus: MP aciona cinco municípios por falta de transparência nos gastos públicos referentes ao enfrentamento da Covid-19

Cinco ações civis públicas que buscam efetivar a política de transparência no âmbito da administração pública foram ajuizadas pelo Ministério Público estadual contra os municípios baianos de Poções, Mirante, Bom Jesus da Serra, Boa Nova e Caetanos. Nos documentos, o promotor de Justiça Ruano Leite destaca que os municípios não estão dando a devida e efetiva publicidade às informações relativas aos gastos públicos e às medidas de assistência à saúde adotadas para o enfrentamento [Confira](#)

Notícias do MPBA

Coronavírus: Município de Feira de Santana é obrigado a promover transparência nos gastos públicos com a pandemia

O Município de Feira de Santana acaba de ser obrigado pela Justiça a publicar, em site oficial específico, informações detalhadas sobre as contratações ou aquisições realizadas para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. A decisão atende a pedidos apresentados em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Monia Lopes Ghignone, que destacou a falta de transparência nos gastos públicos e o descumprimento à Lei de Acesso à Informação e à Lei. [Continue lendo](#)



Coronavírus: MP aciona Município de Igaporã para que divulgue gastos com ações de enfrentamento à pandemia

O Ministério Público estadual já encaminhou, durante a quarentena, 58 recomendações e instaurou o mesmo número de procedimentos administrativos com o objetivo de que os municípios adotem o adequado, transparente e efetivo uso dos recursos públicos durante a execução de medidas de prevenção e contenção do coronavírus. Os dados são do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam). Segundo o coordenador do órgão, promotor de Justiça Frank Ferrari, a prioridade da atuação do MP é a prevenção de danos ao patrimônio público a partir das recomendações e processos administrativos. Ele explicou que isso não exclui a adoção, em um segundo momento, de “medidas de responsabilização criminal e por atos de improbidade administrativa por meio de procedimentos investigatórios e ações judiciais”, nos casos de indícios da prática de ilícitos, “sobretudo aqueles intencionais que impliquem danos ao erário, [Veja](#)



Coronavírus: Cinco municípios são obrigados a promover transparência nos gastos públicos

Cinco municípios baianos acionados pelo Ministério Público estadual por falta de transparência nos gastos públicos e em medidas de assistência à saúde implementadas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus foram obrigados pela Justiça a disponibilizar, no prazo de cinco dias, as informações relativas a essas ações, contratações ou aquisições realizadas. Atendendo aos pedidos apresentados pelo promotor de Justiça Ruano Leite, a juíza Ely Christianne Esperon determinou que dados, como número de leitos em enfermaria e UTI [Próxima a leitura](#)

Notícias do STF

Defensoria Pública: autonomia orçamentária e repasse de duodécimos

O Plenário, por maioria, julgou procedente pedido formulado em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) para determinar ao Governador do estado de Minas Gerais que proceda ao repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês, da integralidade dos recursos orçamentários destinados à Defensoria Pública estadual pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2016, inclusive quanto às parcelas já vencidas, assim também em relação a eventuais créditos adicionais destinados à instituição. [Leia mais](#)

Informativo n. 985 - Publicação: 6 a 7 de agosto de 2020

Aproveitamento de servidores da extinta Minas Caixa e princípio do concurso público

Em conclusão de julgamento, o Plenário assentou a procedência de pedido formulado em ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 3º da Lei 11.816/1995 do estado de Minas Gerais (1). Ademais, em votação majoritária, modulou os efeitos da decisão para que a declaração de inconstitucionalidade da norma retroaja à data do deferimento da medida cautelar [Coninue lendo](#)

Informativo n. 985 - Publicação: 6 a 7 de agosto de 2020

Teto remuneratório e incidência sobre somatório de remuneração ou provento e pensão

Ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da Emenda Constitucional (EC) 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal (CF) (1) incide sobre o somatório de remuneração ou provento e pensão percebida por servidor. Essa foi a tese de repercussão geral fixada pelo Plenário (Tema 359), ao dar provimento, por maioria, a recurso extraordinário e indeferir ordem de mandado de segurança.

[Veja](#)

Informativo n. 985 - Publicação: 6 a 7 de agosto de 2020

A possibilidade de advogados públicos perceberem verbas honorárias sucumbenciais não afasta a incidência do teto remuneratório estabelecido pelo art. 37, XI, da Constituição Federal

1. A natureza constitucional dos serviços prestados pelos advogados públicos possibilita o recebimento da verba de honorários sucumbenciais, nos termos da lei. A CORTE, recentemente, assentou que “o artigo 39, §4º, da Constituição Federal, não constitui vedação absoluta de pagamento de outras verbas além do subsídio” (ADI 4.941, Rel. Min. TEORIZAVASCKI, Relator p/ acórdão, Min. LUIZ FUX, DJe de 7/2/2020). 2. Nada obstante compatível com o regime de subsídio, sobretudo [Confira](#)

Portal do STF- Jurisprudência - Publicação: 17 de agosto de 2020

Notícias do STF

FIRMADA TESE EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL: “O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado (art. 37, § 6º, da CRFB/88), quando os exames são cancelados por indícios de fraude”. (RE 662405) [Continue lendo](#)

Portal do STF- Jurisprudência - Publicação: 06 de agosto de 2020

TESE DE REPERCUSSÃO GERAL: "Servidores temporários não fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo (I) expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou (II) comprovado desvirtuamento da contratação temporária pela administração pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações”. [Continue lendo](#)

Portal do STF- Jurisprudência - Publicação: 01 de julho de 2020

É constitucional a fixação de normas regulamentares pelos Estados como decorrência do respectivo poder de polícia em relação à segurança do transporte intermunicipal de passageiros.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO ART. 107 DA LEI FEDERAL Nº 9.503/1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB) E DO [Confira](#)

Portal do STF- Jurisprudência - Publicação: 13 de agosto de 2020

Exclusividade de iniciativa legal do chefe do Poder Executivo para dispor sobre atribuição de órgãos da administração pública e destinação de receitas públicas.

1. A Lei Estadual 12.257/2006, de iniciativa parlamentar, dispõe sobre política pública a ser executada pela Secretaria de Estado da Saúde, com repercussão direta nas atribuições desse órgão, que passa a assumir a responsabilidade pela qualificação técnica de hospitais filantrópicos, e com previsão de repasse de recursos do Fundo Estadual de Saúde (art.2º). 2. Inconstitucionalidade formal. Processo legislativo iniciado por parlamentar, quando a Constituição Federal (art. 61, § 1º, II, c e e) reserva ao chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis [Confira](#)

Portal do STF- Jurisprudência - Publicação: 13 de agosto de 2020

Notícias do STF

Competência do CNMP para dirimir conflito de atribuição entre Ministérios Públicos diversos. Exercício do controle da legalidade da atuação administrativa. Respeito à independência funcional. CF, art. 130-A, § 2º, incisos I e II. Incompetência do STF.

1. Incompetência originária do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para conhecer e dirimir conflito de atribuições entre membros de ramos diversos do Ministério Público. Inaplicabilidade do art. 102, I, f, da CF, por ausência de risco ao equilíbrio federativo. 2. Impossibilidade de encaminhamento do conflito de atribuição para o Procurador-Geral da República [Leia mais](#)

Portal do STF- Jurisprudência - Publicação: 06 de agosto de 2020



Notícias do STJ

O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem competência para fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados ao Distrito Federal

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI). REPASSE DE VERBA FEDERAL. FISCALIZAÇÃO EXTERNA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. POSSIBILIDADE. [Prossiga](#)

Portal STJ – Revista Eletrônica - Publicação: 18 de junho de 2020

Os benefícios da colaboração premiada, previstos nas Leis nº. 8.884/1994 e 9.807/1999, não são aplicáveis no âmbito da ação de improbidade administrativa

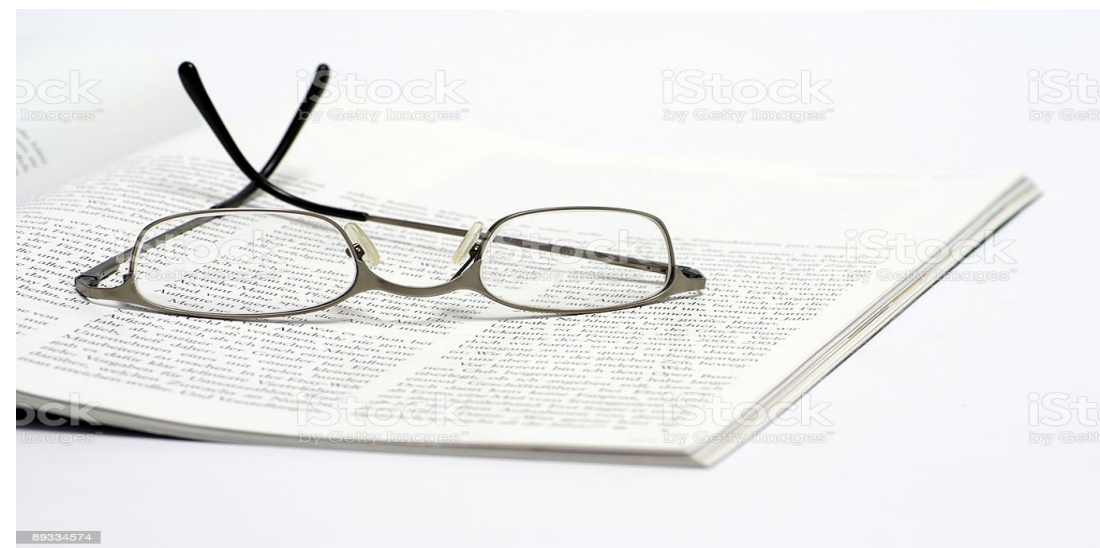
1. Contextualização 1.1. No caso concreto, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ajuizou ação civil por ato de improbidade administrativa em face dos ora recorrentes (e Outros), em face das apontadas ilicitudes praticadas no âmbito do contrato administrativo nº 02/2000, que promoveu alteração subjetiva no ajuste administrativo firmado após a realização de licitação, na modalidade concorrência, para a contratação de serviço de telemarketing a ser prestado à Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN (entidade licitante). [Leia mais](#)

Portal STJ – Revista Eletrônica - Publicação: 26 de junho de 2020

Aplica-se igualmente ao Estado o previsto no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, relativo à responsabilidade civil objetiva por atividade naturalmente perigosa, sendo irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva

1. Cuida-se, na origem, de "ação de indenização" em que se buscam o reconhecimento da responsabilidade civil e a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo ao pagamento de danos materiais e morais em virtude do falecimento de advogado dentro do Fórum de São José dos Campos, decorrente de disparo de arma de fogo efetuado por réu em processo criminal, no qual a vítima figurava como patrono da parte autora. A sentença julgou parcialmente procedente os pedidos. [Veja](#)

Portal STJ – Revista Eletrônica - Publicação: 26 de junho de 2020



Consulta e Inovações Legislativas

- **Consulta de 36/2020 - Orientação técnico-jurídica a partir da solicitação dirigida pela Promotoria de Justiça de Sobradinho acerca da definição da estratégia para finalização do processo de ação civil de improbidade.** - [Texto integral](#)
- **Consulta de 40/2020 - Orientação técnico-jurídica a partir da solicitação dirigida pela 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro para identificação de cláusula restritiva da competitividade por suposta exigência indevida de qualificação técnica.** - [Texto integral](#)
- **Consulta de 45/2020 - Parecer técnico jurídico acerca da forma de execução de recursos municipais previstos no Projeto da LOA do Município de Camaçari para o Comitê Interinstitucional de Segurança Pública - CISP.** - [Texto integral](#)
- **EMENDA CONSTITUCIONAL nº 107, 02 de julho de 2020: Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.** - [Texto completo](#)
- **LEI 14.035, de 11 de agosto de 2020: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.** - [Texto na íntegra](#)
- **LEI 14.036, de 13 de agosto de 2020: Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.**- [Texto completo](#)



Expediente






Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenador
Frank Monteiro Ferrari

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativas
Evanilda da Silva Santos
Juliana Fernandes Prado
Juliana Gouvea Dumas
Adroaldo Marcus Santiago Lima

CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas
Priscila Rodrigues Raposo
Renata Sueli Leite Araújo Barreto

CAOPAM - Estagiários
Douglas Saldanha Rocha Sousa

 caopam@mpba.mp.br
 71 3103-6653
 71 3103-6657



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À
MORALIDADE - CAOPAM
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré, Salvador/BA. CEP: 40.050.001



Edições Anteriores
Clique aqui